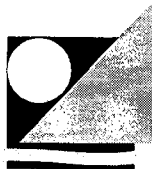


Lei 8157



CÂMARA
MUNICIPAL
DE FORTALEZA

Trabalhando junto com o povo



DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

[Handwritten signature]
FUNDO
EM: 08/05/00
DIGITALIZADO

DATA 05 / 12 / 96

PROJETO DE LEI Nº 224/96

ASSUNTO: DÁ NOVA REDAÇÃO AOS PARÁGRAFOS 2º e 3º DO ARTIGO 80 DA LEI Nº 5895

DE 13 DE NOVEMBRO DE 1984, ALTERADOS PELAS LEIS Nº 6.026 DE 26 DE NOVEMBRO

DE 1995 E Nº 7.654, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994, ACRESCENTA NOVOS ARTIGOS E

DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUIE

VEREADOR ROSA DA FONSECA E SÉRGIO NOVAIS

LEI Nº 8157 DE 27 / 05 / 98

DIOM Nº 11.366 DE 08 / 06 / 98

ARQUIVO 17-06-98



Lei: 081571998

Projeto: 02241996

Autor: ROSA DA FONSECA

Assunto: REAJUSTE SALARIAL



FORTALEZA, 08 DE JUNHO DE 1998

DO PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB, em 15 de maio de 1998. Paul Gerhard Wirtzbiki de Almeida - PRESIDENTE.

*** **

PORTARIA Nº 235/98 - O PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, suspender por 03 (três) dias úteis o servidor FRANCISCO CARLOS LOPES RABELO, matrícula nº 22.082, regido pela CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, lotado no ZGL -14, por constantes faltas ao trabalho, prejudicando assim o bom andamento das atividades realizadas na zona geradora de lixo - 14, de acordo com informação da chefia imediata, a contar do dia 18/05/98. Certifique-se, publique-se e cumpra-se. **GABINETE DO PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB**, em 15 de maio de 1998. Paul Gerhard Wirtzbiki de Almeida - PRESIDENTE.

*** **

PORTARIA Nº 236/98 - O PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, suspender por 03 (três) dias úteis o servidor ROGÉRIO MÁRCIO DE FREITAS, matrícula nº 20.838, regido pela CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, lotado no ZGL - 04, por constantes faltas ao trabalho, prejudicando assim o bom andamento das atividades realizadas na zona geradora de lixo -04, de acordo com informação da chefia imediata, a contar do dia 18/05/98. Certifique-se, publique-se e cumpra-se. **GABINETE DO PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB**, em 15 de maio de 1998. Paul Gerhard Wirtzbiki de Almeida - PRESIDENTE.

*** **

PORTARIA Nº 251/98 - O PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, suspender por 03 (três) dias úteis o servidor GERALDO VITORIANO DOS SANTOS, matrícula nº 20310, regido pela CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, lotado na Turma de Promotores de Limpeza, por constantes faltas ao trabalho, prejudicando assim o bom andamento das atividades realizadas na turma de promotores de limpeza, de acordo com informação da chefia imediata, a contar do dia 27.04.98. Certifique-se, publique-se e cumpra-se. **GABINETE DO PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB**, em 20 de maio de 1998. Paul Gerhard Wirtzbiki de Almeida - PRESIDENTE.

*** **

PORTARIA Nº 254/98 - O PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, suspender por 05 (cinco) dias úteis o servidor MANOEL BERNARDINO, matrícula nº 21.397, regido pela CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, lotado no ZGL - 12, por constantes faltas ao trabalho, prejudicando assim o bom andamento das atividades realizadas na zona geradora de lixo - 12, de acordo com informação da chefia imediata, a contar do dia 18/05/98. Certifique-se, publique-se e cumpra-se. **GABINETE DO PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB**, em 21 de maio de 1998. Paul Gerhard Wirtzbiki de Almeida - PRESIDENTE.

*** **

ERRATA - O PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB, no uso de suas atribuições legais, retifica, Que na Portaria de nº 036/97, de Suspensão de Contrato de Trabalho do servidor ANTÔNIO ADONIAS DO ROZÁRIO, mat. nº 16.427, onde se lê Portaria nº 036/97 e Fortaleza, 06 de fevereiro de 1998. Cientifique-se, publique-se e cumpra-se. **GABINETE DO PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB**, em 14 de maio de 1998. Paul Gerhard Wirtzbiki de Almeida - PRESIDENTE. VISTO: Maria do Carmo Magalhães - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.

*** **

PODER LEGISLATIVO

MATÉRIAS PUBLICADAS POR EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

LEI Nº 8157, DE 27 DE MAIO DE 1998

Dá nova redação ao § 3º do art. 80, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pelas Leis nº 6026, de 26 de novembro de 1985, e nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, acrescenta novos artigos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, usando das atribuições que lhe confere o § 6º do art. 47, da Lei Orgânica do Município, **PROMULGA** a seguinte Lei: Art. 1º - O § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985, e pela Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação: " § 3º - Havendo mais de 01 (um) concorrente para a mesma vaga, proceder-se-á ao desempenho de acordo com os seguintes critérios sucessivos: I - o de melhor classificação na avaliação de desempenho; II - o que estiver lotado e em exercício na unidade escolar onde será suprida a carência; III - o de maior tempo de docência; IV - o de maior tempo de serviço público municipal; V - o de maior tempo de serviço público; VI - o de maior prole". Art. 2º - O art. 2º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação: "Art. 2º - O disposto no parágrafo 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 80, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994 e com redação que lhe é dada, por esta Lei, se aplica ao profissional do magistério, no que couber, quando submetido ao regime de trabalho especial, previsto nos artigos 81, 83 e 84, respectivamente, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985". Art. 3º - Para suprir carência temporária em razão do afastamento legal do profissional pertencente ao Grupo do Magistério, admitir-se-á a aplicação do disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994. Art. 4º - Ocorrendo ociosidade na carga horária de trabalho do docente, esta será redistribuída para disciplinas pertinentes com a qualificação do mesmo na unidade escolar onde estiver em exercício ou em outra unidade do sistema de ensino público municipal. Art. 5º - Fica assegurada a carga horária dos profissionais do magistério atualmente ocupando carências definitivas no sistema de ensino público municipal, como parte integrante da sua jornada de trabalho. Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Educação ou equivalente, as quais serão suplementadas em caso de insuficiência. Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **PAÇO MUNICIPAL JOSÉ BARROS DE ALENCAR**, em 27 de maio de 1998. Acilon Gonçalves - PRESIDENTE.

*** **

RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/98

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, por sua Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado do julgamento da Fase de Habilitação da Tomada de Preços nº 01/98, Processo nº 062.98, referente a Contratação de Empresa Especializada para o Desenvolvimento e Instalação de um Gerenciador Eletrônico de Documentos, com o seguinte resultado: EMPRESA HABILITADA: 1) HS Central de Processos de Identificações Ltda. EMPRESAS INABILITADAS: 1) POWER IMAGING Processamento de Dados e Imagens Ltda; 2) LANLINK Informática Ltda; 3) SYSBANK - Serviços em Informática Ltda. Fortaleza - Ceará, 05 de junho de 1998. Francisco Freitas Cunha - PRESIDENTE DA CPL.

*** **

LEI Nº 8157

EM

27 DE maio

DE 1998.

Dá nova redação ao § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pelas Leis nº 6026, de 26 de novembro de 1985, e nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, acrescenta novos artigos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA , usando das atribuições que lhe confere o § 6º do art. 47, da Lei Orgânica do Município, PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e pela Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

“ § 3º. Havendo mais de 01 (um) concorrente para a mesma vaga, proceder-se-á ao desempenho de acordo com os seguintes critérios sucessivos:

I - o de melhor classificação na avaliação de desempenho;

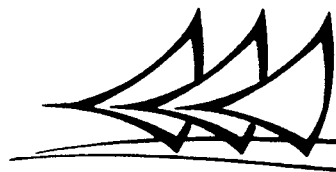
II - o que estiver lotado e em exercício na unidade escolar onde será suprida a carência;

III - o de maior tempo de docência;

IV - o de maior tempo de serviço público municipal;

V - o de maior tempo de serviço público ;

VI - o de maior prole.”



**CÂMARA MUNICIPAL
DE FORTALEZA**

Art. 2º. O art. 2º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 2º. O disposto no parágrafo 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 80, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994 e com redação que lhe é dada, por esta lei, se aplica ao profissional do magistério, no que couber, quando submetido ao regime de trabalho especial, previsto nos artigos 81, 83 e 84, respectivamente, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985.”

Art. 3º. Para suprir carência temporária em razão do afastamento legal do profissional pertencente ao Grupo do Magistério, admitir-se-á a aplicação do disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994.


Art. 4º. Ocorrendo ociosidade na carga horária de trabalho do docente, esta será redistribuída para disciplinas pertinentes com a qualificação do mesmo na unidade escolar onde estiver em exercício ou em outra unidade do sistema de ensino público municipal.

Art. 5º. Fica assegurada a carga horária dos profissionais do magistério atualmente ocupando carências definitivas no sistema de ensino público municipal, como parte integrante da sua jornada de trabalho.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Educação ou equivalente, as quais serão suplementadas em caso de insuficiência.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paco Municipal José Baros de Alencar, em 27 de maio de 1998.


ACILON GONÇALVES
Presidente

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

DATA: 10/12/1996

Presidente



O PRESIDENTE DA COMISSÃO
DE LEGISLAÇÃO ENCAMINHA
O PROJETO DE LEI Nº 224/96
PARA COMISSÃO TÉCNICA DE

CÂMARA MUNICIPAL
DE FORTALEZA

Aprovado em 1ª Discussão
Em 25/11/1997

Presidente

COMISSÃO DE *Educação*
DESIGNO O VEREADOR *Antônio Gomes*

COMO RELATOR

Em 10/03/97

Presidente

PROJETO DE LEI 224 Nº /96.

Dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do
artigo 80 da Lei Nº 5.895, de 13 de novembro
de 1984, alterados pelas Leis Nº 6.026
de 26 de novembro de 1985 e Nº 7.654, de
30 de dezembro de 1994, acrescenta novos
artigos e dá outras providências.

Aprovado em 2ª Discussão

Em 26/11/1997

Presidente

ART. 1º Os parágrafos 2º e 3º do artigo 80 da Lei Nº 5.895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei Nº 6.026, de 26 de novembro de 1985 e pela Lei Nº 7.654, de 30 de dezembro de 1994, passam a vigor com a seguinte redação:

Parágrafo 2º - A elevação da carga horária, mencionada no parágrafo anterior, por carência definitiva será considerada parte integrante da jornada de trabalho profissional do magistério, desde que permaneça em efetivo exercício, por um período de 05(cinco) anos, a contar da data de publicação do ato concessivo, sendo-lhe assegurado os direitos e vantagens inerentes à vinculação funcional originária.

Parágrafo 3º - Havendo mais de um concorrente para a mesma vaga, proceder-se-á ao desempenho de acordo com os seguintes critérios, sucessivos:

- I- o de melhor classificação na Avaliação de Desempenho;
- II- o que estiver lotado e em exercício na Unidade Escolar onde será suprida a carência;
- III- o de maior tempo de docência;
- IV - o de maior tempo de serviço público municipal;
- V - o de maior tempo de serviço público; e
- VI - o de maior prole.

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

Em 26/11/1997

Presidente

ART. 2º O artigo 2º da Lei Nº 7.654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 2º- O disposto no parágrafo 2º e 3º, 4º, 6º e 7º do artigo 80, da Lei Nº 5.895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei Nº 6.026, de 26 de novembro de 1985 e Lei Nº 7.654, de 30 de dezembro de 1994 e com redação que lhe é dada, por essa Lei, se aplica ao pro-



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

fissional do magistério, no que couber, quando submetido ao regime de trabalho especial, previsto nos artigos 81, 83 e 84, respectivamente, da Lei Nº 5.895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei Nº 6.026, de 26 de novembro de 1985.

ART.3º - Para suprir carência temporária em razão do afastamento legal do profissional pertencente ao Grupo do Magistério, admitir-se-á a aplicação do disposto no parágrafo 1º do artigo 1º da Lei Nº 7.654, de 30 de dezembro de 1994.

ART. 4º - Ocorrendo ociosidade na carga horária de trabalho do docente, esta será redistribuída, para disciplinas pertinentes com a qualificação do mesmo, na Unidade Escolar onde estiver em exercício ou em outra Unidade do Sistema de Ensino Público Municipal.

ART.5º -- Fica assegurada a carga horária dos profissionais do magistério atualmente ocupando carências definitivas no Sistema de Ensino Público Municipal, como parte integrante da sua jornada de trabalho.

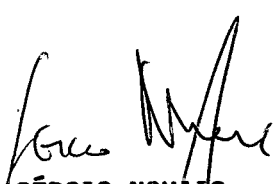
ART.6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Educação, as quais serão suplementadas em caso de insuficiência.

ART. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 05 DE DEZEMBRO DE 1996.


VEREADORA ROSA FONSECA

PART


VEREADOR SÉRGIO NOVAIS
PSB



JUSTIFICATIVA

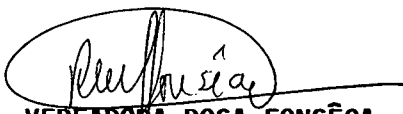
A apresentação do presente **Projeto de Lei** faz parte do esforço desenvolvido pelo **Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará - SINDIUTE**; no sentido de regularizar definitivamente a situação de centenas de profissionais de educação no Sistema de Ensino Público Municipal que vem sendo chamados a ocupar carências existentes nas Unidades Escolares, sem nenhuma garantia funcional, ocasionando uma situação de insegurança a esses profissionais ao final de cada ano letivo.

Essa situação acarreta prejuízo ao funcionamento do sistema à medida que milhares de alunos ficam sem a garantia do início do ano letivo, pela incerteza de que os profissionais do Magistério em regime de Trabalho Especial serão reconduzidos. Interessa, portanto, ao próprio poder público, regularizar esta pendência administrativa que são os aditivos, pois a **Lei Nº 7.654, de 30 de dezembro de 1994** não solucionou a contento essa questão.

Vale ressaltar que situação já foi resolvida a nível do Estado de maneira satisfatória e como fruto de negociação entre magistério e Secretaria de Educação, através das **Leis Nº 12268 de 23 de março de 1994** e **Nº 12.502, de 31 de outubro de 1995**. (em anexo)

Interessa, portanto ao próprio poder público, regularizar esta pendência administrativa.

Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza, 05 de dezembro de 1996.


VEREADORA ROSA FONSECA
PART

Nº.	VEREADOR	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1.	ACILON GONÇALVES				
2.	ADELMO MARTINS	X			
3.	AFRANIO MARQUES	X			
4.	AGOSTINHO MOREIRA	X			
5.	ALBERTO QUEIROZ	X			
6.	ALMEIDA DE JESUS	X			
7.	AMILTON GOMES	X			
8.	ATILA BEZERRA	X			
9.	CARLOS MESQUITA	X			
10.	CID MARCONI	X			
11.	DURVAL FERRAZ	X			
12.	EDGAR MENDES	X			
13.	ELPIDIO NOGUEIRA	X			
14.	FRANCISCO CAMINHA	X			
15.	FRANCISCO LOPES	X			
16.	FRANCISCO MATIAS	X			
17.	GLAUBER LACERDA	X			
18.	HEITOR FERRER	X			
19.	IDALMIR FEITOSA	X			
20.	IVA MONTEIRO				
21.	JOSE CARLOS		X		
22.	JOSE MARIA COUTO				
23.	LAVOISIER FERRER	X			
24.	LUCILVIO GIRAO		X		
25.	LUIZ ARRUDA	X			
26.	LUIZIANNE LINS	X			
27.	MACHADINHO NETO				
28.	MAGALY MARQUES	X			
29.	MARCUS TEIXEIRA		X		
30.	MARIA JOSE OLIVEIRA				
31.	MAURILIO ASSENCIO				
32.	MOREIRA LEITAO	X			
33.	NARCILIO ANDRADE		X		
34.	NELSON MARTINS	X			
35.	PATRICIA GOMES	X			
36.	PAULO MINDELLO	X			
37.	SERGIO BENEVIDES		X		
38.	SERGIO NOVAIS	X			
39.	SILVIO FROTA				
40.	WALTER CAVALCANTE		X		
41.	WILLAME CORREA				

APROVADO
EM 25/11/97
[Assinatura]
Presidente

SUPLENTE EM EXERCÍCIO

1. 42	MARTINS NOGUEIRA		X		
2. 45	JORGE VIEIRA	X			
3. 46	TONI CORREIA				

28 off any receive him down



Presidente

Trabalhando junto com o povo



EMENDA SUPRESSIVA Nº 001/97

COMISSÃO DE LEG. JUSTIÇA E RED. FINAL

O Presidente da Comissão encaminha o Projeto

de Lei nº 1/1997 para a Comissão

Técnica

Em 06/11/1997

Presidente

SUPRIMA-SE O PARÁGRAFO 2.º DO ARTIGO 1.º DO PROJETO DE LEI nº 224/96.

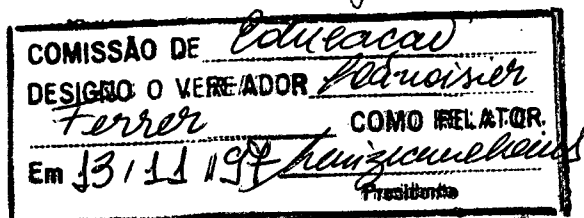
Suprime o parágrafo 2.º do Art. 1.º do Projeto
de Lei Nº 224/96.

novembro de 1997.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, em 04 de

Ver. Walter Cavalcante

Ver. Carlos Mesquita



Aprovado em 1.ª Discussão
Em 26/11/1997

Presidente

Aprovado em 2.ª Discussão
Em 26/11/1997

Presidente

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

Em 26/11/1997

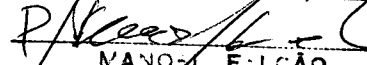
Presidente

Maria Rosa M. L. Moreira
DIR. DEPT. LEGISLATIVO
04.11.97

AO COORDENADOR.

das Comissões

Em 06/11/97



MANOEL F. LCÃO

Coordenador Geral Legislativo

at: 1413.17

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
DATA: 05/11/97



CÂMARA
MUNICIPAL
DE FORTALEZA

Presidente

Trabalhando junto com o povo



COMISSÃO DE LEG. JUSTIÇA E RED. FINAL

O Presidente da Comissão encaminha o Projeto
de Lei nº 003/97 para a Comissão

Técnica

Em 11/11/97

Presidente

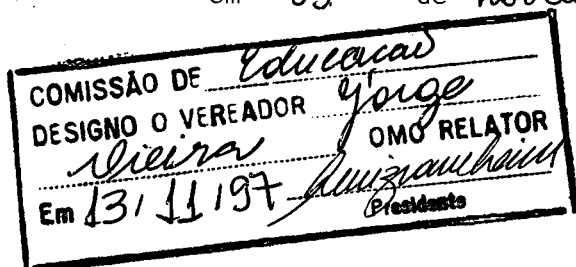
Emenda Aditiva Nº 003 /97
ao Projeto de Lei Nº 224/96

Acrescentar na redação do Artigo 2º da Lei nº 7654 previs-
to no Artigo 2º do Projeto de Lei 224/96 o § 1º, ficando a seguinte re-
dação:

Art. 2º - O Artigo 2º da Lei nº 7.654, de 30 de dezembro
de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - O disposto no parágrafo 1º..., 2º, 3º, 4º....

Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza,
em 05 de novembro de 1997.



Aprovado em 1ª Discussão

Em 20/11/97

Presidente

ACILON GONÇALVES - Vereador

Aprovado em 2ª. Discussão

Em 26/11/97

Presidente

JUSTIFICATIVA

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL
Em 26/11/97

Presidente

A presente emenda tem como objetivo regularizar de imediato o
preenchimento das carências de profissionais do magistério nas escolas
municipais, com base no dispositivo legal da complementação de carga
horária previsto no Estatuto do Magistério (Lei nº 5.895/84), evitando
maiores despesas para a Prefeitura Municipal de Fortaleza na hipótese
da realização emergencial de um concurso público, que poderá ser reali-
zado posteriormente, sem aqodamento, para preenchimento de novas carên-
cias que, certamente, surgirão com a expansão da Rede Municipal de En-
sino.

ACILON GONÇALVES - Vereador

Maria Rosa L. Moreira
Dir. DEPT. LEGISLATIVO
05-11-97

AO COORDENADOR.

das Comissões

Em 06/11/77

GT/122

[Handwritten signature]

MANOEL FALCÃO

Coordenador Geral Legislativo

02, 04, 97

Presidente

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PARECER Nº 02 /97 AO PROJETO DE LEI Nº 224/96.

Trata referenciado Projeto de Lei do **VEREADOR SÉRGIO NOVAIS** de alteração de legislação ordinária, elencada no Art. 39, III da Lei Orgânica do Município de Fortaleza.

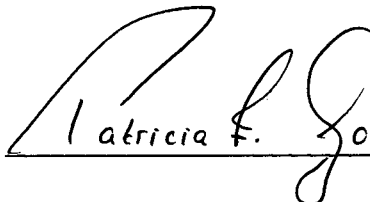
Conforme reza o Artigo 40 da mesma Norma Orgânica é de competência de cada Vereador a iniciativa de leis ordinárias, bem como também cabe ao Prefeito e aos cidadãos igual competência.

Em razão da matéria, o Projeto é constitucional, porquanto não se insere naqueles de iniciativas privativas do Chefe do Poder Executivo (Art. 40, Parágrafo Primeiro), devendo em consequência seguir seu trâmite normal.

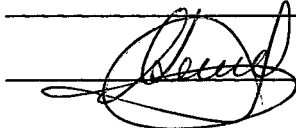
Afora a admissibilidade sob a ótica constitucional, podemos ressaltar que matéria do mesmo mérito já fora apreciada pela Administração Pública Estadual, tendo sido agasalhada com respaldo nos diplomas legais de nº 12.268, de 23 de março de 1994 e de nº 12.502, de 31 de outubro de 1995, respectivamente.


Ante o exposto e considerando tudo mais que possa ser reduzido como emendas ao presente Projeto de Lei, manifesto-me por sua aprovação, cuja decisão final caberá ao Plenário por sua soberania.

Sala das Sessões das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Fortaleza, em 01 de abril de 1997.


Patricia F. Gomes.

Relatora




Luizianne Lins

Presidente

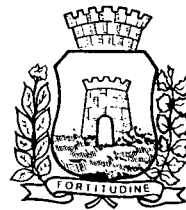
A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA



CÂMARA
MUNICIPAL
DE FORTALEZA

Trabalhando junto com o povo

Presidente



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PARECER Nº _____/97

PROJETO DE LEI Nº 224/96

EMENDA SUPRESSIVA Nº 001/97

As razões relativa que fundamentam a emenda SUPRESSIVA em questão, são inteiramente procedentes.

Nestas condições, somos FAVORÁVEIS a emenda SUPRESSIVA.

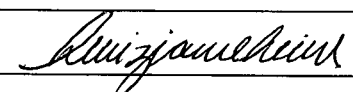
É O NOSSO PARECER.

SALA DAS SESSÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA,

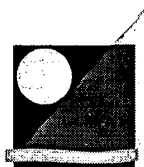
EM _____ DE _____ DE 1997.


LAVAOKSIER FERREIRA LIMA

RELATOR


LUÍZ JAMELINO

PRESIDENTE



CÂMARA
MUNICIPAL
DE FORTALEZA

Trabalhando junto com o povo



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

A ORDEM DO DIA

28/11/97
Presidente

Parecer n° -----/97

À Emenda Substitutiva n° 002/97
ao Projeto de Lei n° 224/96.

A Emenda Substitutiva em epígrafe de autoria do Ilustre Vereador Acilon Gonçalves, versa sobre a alteração da redação do § 2º do artigo 80 da Lei n° 5.895/84.

Considerando a urgente necessidade do preenchimento da carência de profissionais do magistério nas Escolas Municipais, e considerando que dito preenchimento deverá ser realizado, sem que isto traga grandes despesas aos cofres públicos municipais, no intuito de viabilizar o atendimento de acordo com as nossas realidades, bem como suprir as carências supra mencionadas, somos plenamente favoráveis à alteração proposta.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1997.

Relator

Presidente



C Â M A R A
M U N I C I P A L
D E F O R T A L E Z A

Trabalhando junto com o povo



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

A ORDEM DO DIA

25.11.97
Presidente

Parecer nº -----/97
À Emenda Aditiva nº 003/97
ao Projeto de Lei nº 224/96.

Instado a emitir parecer acerca da Emenda Aditiva em epígrafe de autoria do Ilustre Vereador Acilon Gonçalves, que pretende acrescentar ao artigo 2º da Lei nº 7.654, previsto no artigo 2º do projeto de lei 224/96, o § 1º, vem, o Vereador signatário opinar favoravelmente a inclusão pretendida, vez que dito acréscimo, enriquece e elucida preceito legal regulamentador que tem como objetivo o preenchimento das carências de profissionais do Magistério no âmbito das Escolas Municipais.

Somos plenamente favoráveis à proposta.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1997.

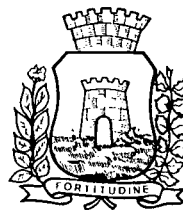
Relator

Presidente



CÂMARA
MUNICIPAL
DE FORTALEZA

Trabalhando junto com o povo



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

A ORDEM DO DIA

25/11/97
Presidente

Parecer n° -----/97

À Emenda Substitutiva n° 004/97
ao Projeto de Lei n° 224/96.

A Emenda Substitutiva em epígrafe, de autoria da Ilustríssima Vereadora Luiziane lins, que propõe alteração da redação do § 3º, do artigo 80 da Lei n° 5.895/84, mercê de sua inteligência e de sua visão justa, que não merece contestações.

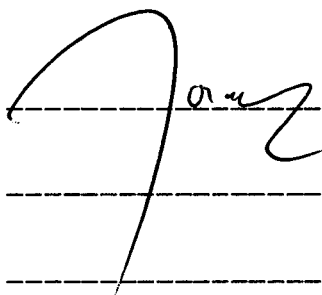
Pois de forma coerente tal alteração foi proposta com o claro objetivo de proteger o direito de todos da categoria, em nível de igualdade, resguardando-se as devidas proporções.

Parece-nos ser o mais sensato, partindo do princípio que a brilhante Vereadora, tenta apenas, adequar as situações de forma justa, no intuito de motivar os profissionais do Magistério que se dedicam integralmente a tal missão.


Ademais, dita alteração, vem coadunar com as idéias propostas pelo Ilustre Vereador Acilon Gonçalves, num misto de inteira identificação com as mudanças pleiteadas ao projeto ora em pauta.

Somos plenamente favoráveis à proposta. É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

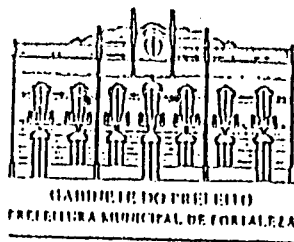
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1997.



Relator



Presidente



Ofício nr. **0117**

/98-GP

Fortaleza, 22 de maio de 1998

Ref. ao ofício nº 1162/98 - DIEXP

Senhor Presidente,

Com o presente, devolvo a V.Exa., o Autógrafo de Lei, objeto do expediente em epígrafe, que "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 3º DO ART. 80 DA LEI Nº 5.895, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1984, ALTERADO PELAS LEIS NºS 6.026, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1985, E 7.654, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994, ACRESCENTA NOVOS ARTIGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", de autoria da ex-Vereadora Rosa da Fonseca e Vereador Sérgio Novaes, que vetei, pelas razões constantes do ofício nº 0443/97 - GP.

Mantendo meu ponto de vista, outrossim, quanto à inconstitucionalidade do mencionado Projeto, não tenho condições de promulgá-lo, dai devolvê-lo a V.Exa., para os fins do § 6º do art. 47, da LOM, sendo certo que ingressarei junto ao Tribunal de Justiça com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, tão logo a mesma seja publicada no D.O.M.

Renovo a V. Exa., e aos seus ilustres Pares, protestos de elevada estima e apreço.

Cordiais saudações,


JURACI VIEIRA DE MAGALHÃES
Prefeito de Fortaleza

Exmo.Sr.

Vereador ACILON GONÇALVES PINTO JÚNIOR

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

NESTA

ofmagrej

Ass. Des. Legislativo
26/05/98
AN

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
DATA: 17/FEV/1998.

GABINETE DO PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
PROTOCOLO No. 1229
DATA: 29/12/97
HORA: 11:54
Funcionário

OFÍCIO Nº 0443/97
Referente ao Ofício nº 3912/97 - DIEXP

Senhor Presidente,

Comunico a V.Exa. e aos demais membros dessa Eg. Câmara Municipal ter vetado integralmente, por inconstitucional, o Projeto de Lei, que "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 3º DO ART. 80 DA LEI Nº 5895, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1984, ALTERADO PELAS LEIS Nº 6026, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1985, E Nº 7654, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994, ACRESCENTA NOVOS ARTIGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", que ora devolvo a essa Casa Legislativa.

O Projeto em alusão ao pretender dispor sobre o servidor público integrante do magistério, invade a competência de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, por ser matéria que lhe é residualmente reservada.

Constata-se, assim, sem delongas, que o Projeto possui vício de inconstitucionalidade, por afrontar os termos do art. 40, § 1º, III, da L.O.M., *in verbis*:

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
DESIGNO O VEREADOR NOUNE
COMO RELATOR
Em 19/02/98
Presidente

"Art. 40 - omissis.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

REJEITADO O VETO

Data 20 MAI 1998

I - omissis;

II - omissis;

III - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria."

PRESIDENTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
REDISTRIBUO PARA RELATOR DO
PROJETO DE LEI Nº 1
AO VEREADOR NOUNE
PRESIDENTE

É o caso do presente Autógrafo de Lei.

Procura, por outro lado, dispor sobre a elevação de carga horária - ou a chamada suplementação de carga horária - de 120 para 240 horas, no caso de Professores e/ou Orientadores de Aprendizagem.

Isto equivale, sem dúvida, a um novo contrato de trabalho, sendo, assim, pela via oblíqua, uma forma de se ferir a Constituição Federal, uma vez que ela, em seu art. 37, I e II, exige que "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e título"...

EXMO. SR.
VEREADOR ACILON GONÇALVES PINTO JUNIOR
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
N E S T A

À Consideração do Sr. Presidente

Rua São José, 01 - Centro - Cep. 60.060-170
Tel.: (085) 252.2477 - Fax: (085) 252.3636
Fortaleza - Ceará

Director Geral

Bo planário
29.12.97. pinto

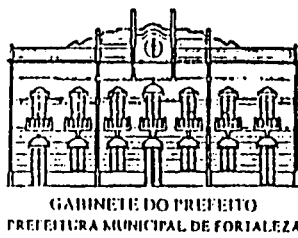
AO DEP. LEGISLATIVO

Em 30 / 12 / 97

71 Des. Falcão

MANOEL FALCÃO

Coordenador Geral Legislativo



O mesmo se pode afirmar em relação aos Professores com carga horária variável, cuja suplementação poderá caracterizar um novo contrato de trabalho, o que não pode ser acolhido.

Tocante ao art. 3º do Projeto de Lei, cumpre-se esclarecer que o caráter da suplementação de carga horária tinha por escopo, preencher carências temporárias em virtude de afastamentos do profissional de magistério, inexistindo, portanto, a figura da carência definitiva, aplicando-se igual entendimento ao disposto no art. 5º do mencionado Projeto.

Por outro lado, quanto ao art. 4º, sublinhe-se que é incompatível, a ociosidade de carga horária de trabalho do profissional do magistério, com carência, uma vez que esta é o fato gerador da suplementação de carga horária pela necessidade do serviço desse profissional.

Depreende-se, assim, que a sanção do Projeto sob comento, perpetuaria uma situação de natureza eminentemente eventual, posto que as carências deveriam ser atendidas somente por imperiosa e absoluta necessidade do serviço.

Observe-se, ainda, a falta de clareza do disposto no art. 1º do citado Projeto de Lei, quando se refere a "vaga".

Ademais, o art. 5º do Projeto em tela, faz referência às despesas necessárias para a execução do Projeto, alude à Secretaria de Educação, extinta em face da Lei nº 8.000/97.

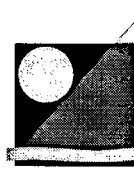
Com tais explanações, e ante o insuperável vício da propositura, veto-a, como vetado tenho, integralmente, com esteio no art. 47, § 1º, da LOM, por considerá-la inconstitucional.

Renovo a V.Exa. e aos demais membros dessa Augusta Câmara, meus protestos de estima e apreço.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 26 DE DEZEMBRO DE 1997.


JURACI VIEIRA DE MAGALHÃES
PREFEITO DE FORTALEZA

magister.vet



C Â M A R A
M U N I C I P A L
D E F O R T A L E Z A

Trabalhando junto com o povo



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

A ORDEM DO DIA

20 MA 1998

Presidente

P A R E C E R N° 045 /98

Projeto de Lei nº 224/96

Através do Ofício nº 443, datado de 26 de dezembro de 1997, o Ex.^{mo}. Sr. Prefeito Municipal de Fortaleza comunicou a esta Casa o veto apostado na Lei resultante do Projeto supramencionado que tem como assunto dar nova redação ao § 3º, do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pelas Leis nºs 6026, de 26 de novembro de 1985 e nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, acrescenta novos artigos e dá outras providências..

1. No seu arrazoado o Chefe do Poder Executivo Municipal salientou que o referido projeto de lei é inconstitucional porque, ao dispor sobre servidor público, invade a competência privativa do Chefe do Poder Executivo, competência esta contida no art. 40, § 1º, III, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza.

2. Salienta, também, que ao dispor sobre a elevação da carga horária dos Professores e/ou Orientadores de Aprendizagem, de 120 para 240 horas, o Projeto de Lei fere a Constituição Federal, art. 37, I e II, porque isso se constituiria na investidura em um novo contrato de trabalho e, para que isso acontecesse, seria necessária a aprovação em concurso público de provas e provas de títulos determinada na referida Carta.

3. Diz, também, que a suplementação de carga horária acontecida tinha como objeto o preenchimento de carências temporárias e a aprovação do Projeto de Lei perpetuaria essas carências que são meramente eventuais. Frisa, outrossim, que o Projeto de Lei atribui despesas de execução à Secretaria de Educação, atribuição impossível de vez que a referida Secretaria foi extinta.



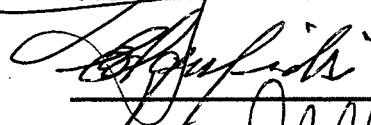
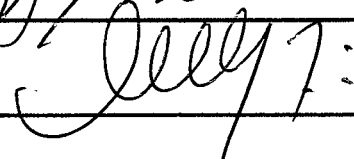

4. Tem razão o Ex.^{mo}. Prefeito Municipal. Em sendo atribuição exclusiva do Titular do Poder Executivo Municipal legislar sobre servidores públicos, bem como serem as proposições do Projeto de Lei contrárias a dispositivo da Constituição Federal, além de propiciar a efetividade de situações de necessidades apenas eventuais e atribuir despesas a órgão inexistente, não há como sancionar a lei resultante do referido projeto.

5. Diante do exposto, somos pela manutenção do veto do Excelentíssimo Prefeito Municipal.

É o nosso parecer.

Fortaleza, 31 de março de 1998


Vereador Walter Cavalcante - Relator

A ORDEM DO DIA

27/11/97

Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL
DE FORTALEZA**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

**A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL DÁ A SEGUINTE
REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 224/96.**

APROVADO
EM 27/11/97
Presidente

Dá nova redação ao § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pelas Leis nº 6026, de 26 de novembro de 1985, e nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, acrescenta novos artigos e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

Art. 1º. O § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e pela Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

“ § 3º. Havendo mais de 01 (um) concorrente para a mesma vaga, proceder-se-á ao desempenho de acordo com os seguintes critérios, sucessivos:

I - o de melhor classificação na avaliação de desempenho;

II - o que estiver lotado e em exercício na unidade escolar onde será suprida a carência;

III - o de maior tempo de docência;

IV - o de maior tempo de serviço público municipal;

V - o de maior tempo de serviço público ;

VI - o de maior prole.”

Art. 2º. O art. 2º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2º. O disposto no parágrafo 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 80, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994 e com redação que lhe é dada, por esta Lei, se aplica ao profissional do magistério, no que couber, quando submetido ao regime de trabalho especial, previsto nos artigos 81, 83 e 84, respectivamente, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985."

Art. 3º. Para suprir carência temporária em razão do afastamento legal do profissional pertencente ao Grupo do Magistério, admitir-se-á a aplicação do disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994.

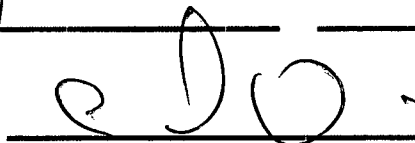
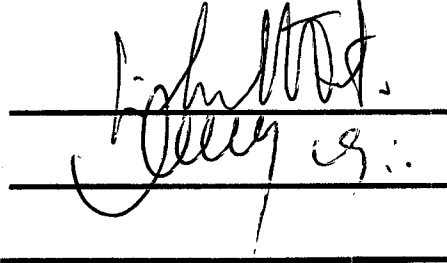
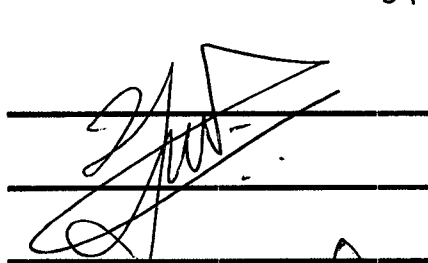
Art. 4º. Ocorrendo ociosidade na carga horária de trabalho do docente, esta será redistribuída para disciplinas pertinentes com a qualificação do mesmo na unidade escolar onde estiver em exercício ou em outra unidade do sistema de ensino público municipal.

Art. 5º. Fica assegurada a carga horária dos profissionais do magistério atualmente ocupando carências definitivas no sistema de ensino público municipal, como parte integrante da sua jornada de trabalho.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Educação ou equivalente, as quais serão suplementadas em caso de insuficiência.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SALA DAS SESSÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA
MUNICIPAL DE FORTALEZA EM 27 DE NOVEMBRO DE 1997.**



PRESIDENTE

PROCESSO: 01135/98 P.G.M.
INTERESSADO:
CAMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
ASSUNTO:.....

ENC. AUT. DE LEI QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 3º DO ART. 80 DA LEI
Nº 5.895, DE 13.11.85, E 7.654, DE 30.12.94, ACRESCENTA NOVOS ARTI-
GOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DATA: 20/05/98

HORA: 14:36:15




OFÍCIO Nº 1162/98 - DIEXP

Fortaleza, 20 de maio de 1998.

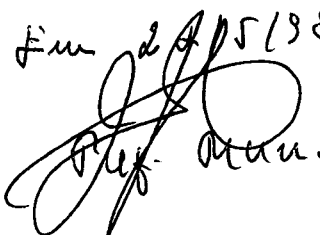
Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao Art. 47, parágrafo 5º da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, encaminhamos a Vossa Excelência, autógrafo de lei, que "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 3º DO ART. 80 DA LEI Nº 5.895, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1984, ALTERADO PELAS LEIS Nºs 6.026, de 26 DE NOVEMBRO DE 1985, E 7.654, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994, ACRESCENTA NOVOS ARTIGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", de autoria dos Vereadores Sérgio Novais e Rosa da Fonseca, cujo VETO foi rejeitado em Sessão Plenária do dia 20 de maio do ano em curso.

Atenciosamente,


Vereador Acilân Gonçalves
Presidente

Manterei meu posiciona-
mento esposado no of. n.º 443/97,
ao vetar integralmente o Projeto,
ele foi em epígrafe.
Devolvo à Presidência da
Câmara Municipal para os
fins do § 6º do art. 47 da
L.O.M.,

Em 22/5/98

Pref. Mun.

Exmo. Sr.
Dr. Marlon Carvalho Cambraia
PREFEITO DE FORTALEZA EM EXERCÍCIO
Nesta




OFÍCIO Nº 1284 /98 - DIEXP

Fortaleza, 26 de maio de 1998.

Senhor Prefeito,

Valendo-me da competência deferida pelo Art.47, § 6º, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, encaminhamos a Vossa Excelência, autógrafo de lei, que "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 3º DO ART. 80 DA LEI Nº 5895, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1984, ALTERADO PELAS LEIS Nº 6026, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1985, E Nº 7654, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994, ACRESCENTA NOVOS ARTIGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", para competente numeração e posterior publicação.

Atenciosamente,


Vereador Acilon Gonçalves
Presidente

Exmo. Sr.
Dr. Juraci Magalhães
PREFEITO DE FORTALEZA
Nesta

DOM Nº 11.366
08-06-98



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE FORTALEZA**

a casa é sua

LEI Nº DE DE DE 1997.

Dá nova redação ao § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pelas Leis nº 6026, de 26 de novembro de 1985, e nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, acrescenta novos artigos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, usando das atribuições que lhe confere o § 6º, do art. 47, da Lei Orgânica do Município, PROMULGA A SEGUINTE LEI

Art. 1º - O § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e pela Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

" § 3º - Havendo mais de 01(um) concorrente para a mesma vaga, proceder-se-á ao desempenho de acordo com os seguintes critérios, sucessivos:

I - o de melhor classificação na avaliação de desempenho;

II - o que estiver lotado e em exercício na unidade escolar onde será suprida a carência;

III - o de maior tempo de docência;

IV - o de maior tempo de serviço público municipal;

V - o de maior tempo de serviço público;

VI - o de maior prole:"

Art. 2º - O art. 2º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2º - O disposto no parágrafo 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 80, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994 e com redação que lhe é dada, por esta Lei, se aplica ao profissional do magistério, no que couber,



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE FORTALEZA**

a casa é sua

quando submetido ao regime de trabalho especial, previsto nos artigos 81, 83 e 84, respectivamente, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985."

Art. 3º - Para suprir carência temporária em razão do afastamento legal do profissional pertencente ao Grupo do Magistério, admitir-se-á a aplicação do disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994.

Art. 4º - Ocorrendo ociosidade na carga horária de trabalho do docente, esta será redistribuída para disciplinas pertinentes com a qualificação do mesmo na unidade escolar onde estiver em exercício ou em outra unidade do sistema de ensino público municipal.

Art. 5º - Fica assegurada a carga horária dos profissionais do magistério atualmente ocupando carências definitivas no sistema de ensino público municipal, como parte integrante da sua jornada de trabalho.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Educação ou equivalentes, as quais serão suplementadas em caso de insuficiência.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ BARROS DE ALENCAR, EM DE DE 1997.

Acilon Gonçalves

PRESIDENTE

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
DATA: 01/11/97



CÂMARA
MUNICIPAL
DE FORTALEZA

Trabalhando junto com o povo



Aprovado em 1ª Discussão
Em ____/____/19__

Presidente

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 004/97 ao Projeto de Lei nº 224/96

O § 3º do Artigo 80 da Lei nº 5.895/84 a que se refere o Artigo 1º do Projeto de Lei 224/96, passa a ter a seguinte redação, sendo que o texto original do referido Projeto entrará onde couber:

§ 3º - A vantagem pecuniária decorrente da elevação da carga horária mencionada nos parágrafos anteriores, só prevalecerá para fins de redução da carga horária, previsto no artigo 127, da Lei nº 5.895, de 13 de novembro de 1984, de incorporação aos proventos de aposentadoria, quando o profissional do magistério houver permanecido um mínimo de 05 (cinco) anos com sua carga horária elevada.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL
DE FORTALEZA, EM 05 DE novembro DE 1997.

COMISSÃO DE LEG. JUSTIÇA E RED. FINAL
O Presidente da Comissão encaminha o Projeto de Lei nº ____ para a Comissão Técnica

Luizianne Lins
LUIZIANNE LINS
VEREADORA

JUSTIFICATIVA

COMISSÃO DE <i>Educação</i>
DESIGNO O VEREADOR <i>Jorge</i>
<i>Alcira</i> COMO RELATOR
Em 13/11/97 <i>Luizianne Lins</i>
Presidente

Em ____/____/____
[Assinatura]
Presidente

A presente emenda tem como objetivo regularizar de imediato o preenchimento das carências de profissionais do magistério nas escolas municipais, com base no dispositivo legal da complementação de carga horária previsto no Estatuto do Magistério (Lei nº 5.895/84), evitando maiores despesas para a Prefeitura Municipal de Fortaleza na hipótese da realização emergencial de um concurso público, que poderá ser realizado posteriormente, sem adodamento, para preenchimento de novas carências que, certamente, surgirão com a expansão da rede municipal de Ensino.

Luizianne Lins
LUIZIANNE LINS
VEREADORA

[Assinatura]
Maria Roca M. L. Morga
Dir. Dept. Legislativo
05.11.97

AO COORDENADOR.

das Comissões

Em 06/11/77


MANOEL FALCÃO

Coordenador Geral Legislativo



CÂMARA
MUNICIPAL
DE FORTALEZA

Trabalhando junto com o povo



República
05/11/97
2092

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 002 / 97 ao Projeto de Lei nº 224/96
COMISSÃO DE LEG. JUSTIÇA E RED. FINAL
O Presidente da Comissão encaminha o Projeto
de Lei nº _____ para a Comissão

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
DATA: 01/11/97

Aprovado em 1ª Discussão Técnica

Em _____ / _____ / 19____

Em 1/11/97

Presidente

Presidente

Presidente

O § 2º do Artigo 80 da Lei nº 5.895/84 a que
se refere o Artigo 1º do Projeto de Lei nº 224/96 passa a ter a
seguinte redação:

§ 2º - A elevação da carga horária, mencio-
nada no parágrafo anterior, por carência definitiva, será consi-
derada parte integrante da jornada de trabalho do profissional do
magistério não podendo ser suprimida sem a concordância das par-
tes interessadas.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL
DE FORTALEZA, EM 05 DE novembro DE 1997.

DE FORTALEZA, EM 05

ACILON GONÇALVES
VEREADOR

JUSTIFICATIVA

COMISSÃO DE <u>Educação</u>
DESIGNO O VEREADOR <u>Jorge</u>
<u>Almeida</u> COMO RELATOR
Em <u>13/11/97</u> <u>Rougemichaux</u>
Presidente

A presente emenda tem como objetivo regula-
rizar de imediato o preenchimento das carências de profissionais
do magistério nas escolas municipais, com base no dispositivo le-
gal da complementação de carga horária previsto no Estatuto do Ma-
gistério (Lei nº 5.895/84), evitando maiores despesas para a Pre-
feitura Municipal de Fortaleza na hipótese da realização emergen-
cial de um concurso público, que poderá ser realizado porterior-
mente, sem adodamento, para preenchimento de novas carências que,
certamente, surgirão com a expansão da rede municipal de Ensino.

ACILON GONÇALVES
VEREADOR

DR
Maria Rosa M. L. Moreira
DIB. DEPT. LEGISLATIVO
05.11.97

AO COORDENADOR.

das Comissões

Em 06/11/72


MANOEL FALCÃO
Coordenador Geral Legislativo

ANEXO

indentização.

Lei Estadual - penúltimo

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

23 de março de 1994.

CIRO FERREIRA GOMES

LEI 12.268, 23 DE MARÇO DE 1994.

*

Dispõe sobre a ampliação da carga horária do Profissional do Magistério.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Profissional do Magistério com carga horária mensal inferior a 40 (quarenta) horas, desde que em efetiva regência de classe, poderá ter ampliada a sua jornada de trabalho.

lhe confere
binado com o
bro de 1973.
de 1993, e to
taria do Planej
D E

Art
DO CEARÁ, na
dito supleme
DOIS MIL E
ções orçamen

Art
to, decorrem
- De Convên
ção Intern
Estadual d
- De Convên
tadual da
FUNECE.

Art
publicação.

PALÁCIO
de

LEI ESTADUAL

- 12.268 de 23.03.94

CEARÁ LEI Nº 23.115, DE 21 DE MARÇO DE 1994

DNCP

FORTALEZA, 23 DE MARÇO DE 1994

§ 1º - A ampliação da carga horária aludida no "caput" deste artigo terá por limite máximo ~~40~~ (quarenta) horas semanais e será precedida de processo seletivo interno, tendo por base a carência definitiva existente no Sistema de Ensino Estadual.

§ 2º - O Profissional do Magistério com carga horária reduzida poderá, também, ter a sua jornada de trabalho ampliada até o limite estabelecido no parágrafo anterior, desde que opte pelo retorno ao exercício integral de sua jornada de trabalho.

§ 3º - Será considerada revogada a opção feita pelo servidor, nos termos dos incisos I e II do Art. 2º da Lei nº 11.909, de 06 de janeiro de 1992, a partir do momento em que se efetivar a ampliação da carga horária.

Art. 2º - A carga horária ampliada por carência definitiva será considerada parte integrante da jornada de trabalho anterior do servidor, desde que permaneça em efetiva regência de classe, por um período de 05 (cinco) anos, a contar da data de publicação do ato concessivo, sendo-lhe assegurado os direitos e vantagens inerentes à vinculação funcional originária.

Art. 3º - Para suprir carência temporária em razão do afastamento legal do servidor pertencente ao Grupo Ocupacional do Magistério, admitir-se-á a aplicação do disposto no "caput" do artigo 1º desta Lei.

§ 1º - No caso da ampliação prevista no parágrafo anterior, não se submeterá o servidor a processo seletivo, não se aplicando igualmente o disposto no Art. 2º desta Lei.

§ 2º - A ampliação da jornada de trabalho, objeto desta Lei, será efetivada por Decreto Governamental.

Art. 4º - O processo seletivo referido no parágrafo primeiro desta Lei dar-se-á, preferencialmente, no mês de julho, de cada ano, devendo ser dirigido, coordenado e executado pela Secretaria da Educação do Estado.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria da Educação do Estado.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 23 de março de 1994.

CIRO FERREIRA GOMES
MARIA LUSIANE DE SOUSA OLIVEIRA

☆☆☆

DECRETO Nº 23.115, DE 21 DE MARÇO DE 1994.

última

lei Estadual

LEI Nº 12.502, DE 31 DE OUTUBRO DE 1995

Altera dispositivos da Lei nº 12.066, de 13 de janeiro de 1993, e da Lei nº 12.268, de 23 de março de 1994, que dispõem sobre a carga horária de trabalho do Profissional do Magistério de 1º e 2º Graus e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O "caput" do Artigo 12 e o "caput" do Artigo 13, ambos da Lei nº 12.066, de 13 de janeiro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação, continuando em vigor os respectivos parágrafos:

"Art. 12 - A carga horária de trabalho do Profissional do Magistério de 1º e 2º Graus será de 20 (vinte) ou de 40 (quarenta) horas semanais".

"Art. 13 - A alteração da carga horária de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais dependerá de o Profissional do Magistério estar em efetiva regência de classe e da existência de comprovada necessidade de mão-de-obra para suprir a carência identificada".

Art. 2º - O § 1º do Artigo 1º da Lei nº 12.268, de 23 de março de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º -

§ 1º - A ampliação da carga horária aludida neste Artigo terá por limite máximo 40 (quarenta) horas semanais, considerando-se a comprovada carência decorrente de vaga no Sistema de Ensino Público Estadual".

Art. 3º - Fica revogado o Artigo 4º da Lei nº 12.268, de 23 de março de 1994.

Art. 4º - A ampliação da carga horária de trabalho para suprir carência decorrente de vaga no Sistema de Ensino Público Estadual será precedida de Avaliação de Desempenho, a ser regulamentada por Decreto Governamental.

Parágrafo único - Havendo mais de um concorrente para a mesma vaga, proceder-se-á ao desempate de acordo com os seguintes critérios, sucessivos:

- I - o de melhor classificação na Avaliação de Desempenho;
- II - o que estiver lotado e em exercício na Unidade Escolar onde será suprida a carência;
- III - o de maior tempo de docência;
- IV - o de maior tempo de serviço público estadual;
- V - o de maior tempo de serviço público;
- VI - o de maior prole.

Art. 5º - Ocorrendo ociosidade na carga horária de trabalho do docente, esta será redistribuída, para disciplinas pertinentes com a qualificação do mesmo, na Unidade Escolar onde estiver em exercício ou em outra unidade do Sistema de Ensino Público Estadual.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria da Educação, as quais serão suplementadas em caso de insuficiência.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, a vigência desta Lei retroagirá a 1º de junho de 1995.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 31 de outubro de 1995.

MORONI BING TORGAN
ANTENOR MANOEL NASPOLINI

professores das escolas e alunos do magistério. IV - ACANTO-
NAMENTO: também para uma convivência mais íntima entre crianças
da rede municipal de ensino. V - LIXO DE MATERIAL RECUPERÁ-
VEL: participação dos alunos na coleta diferenciada do lixo,
esclarecendo aos mesmos quanto à reutilização dos materiais e
o benefício proporcionado por isto ao meio ambiente e a todos
os cidadãos. VI - PROJETOS DE MELHORIA DO MEIO AMBIENTE: a-
brangerá o paisagismo, a implantação de hortas e pomares nas
escolas e outros instrumentos de melhoramento ambiental. Art.
69 - O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei
no prazo de 90 (noventa) dias. Art. 70 - Esta Lei entrará em
vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em
contrário. PALÁCIO DA CIDADE, em 30 de dezembro de 1994. An-
tonio Ríbano Cambrão - PREFEITO MUNICIPAL.

*** **

LEI Nº 7654, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994.

Dá nova redação ao art. 80, revoga seu pa-
rágrafo único e acrescenta novos parágra-
fos, da Lei nº 5.895, de 13 de novembro de
1984, alterado pela Lei nº 6.026, de 26 de
novembro de 1985 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIO-
NO A SEGUINTE LEI: Art. 1º - O Art. 80, da Lei nº 5.895, de
13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6.026, de 26 de
novembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação a-
crecida dos parágrafos que se seguem: "Art. 80 - O professor
de séries iniciais ficará subordinado ao regime de trabalho
normal com carga horária mensal de 120 (cento e vinte) horas,
assim distribuídas: I - 20 (vinte) horas-aulas semanais, con-
siderando o mês de 05 (cinco) semanas; II - 04 (quatro) horas
mensais para atividades contidas no plano global da unidade
escolar; III - 16 (dezesseis) horas mensais para trabalhos
domiciliares inerentes ao desempenho da função docente. § 1º
- O professor, desde que haja necessidade do serviço, e por
autorização expressa do Chefe do Poder Executivo, poderá su-
bordinar-se a uma carga horária mensal de até 240 (duzentos e
quarenta) horas, as quais serão distribuídas nas mesmas pro-
porções estabelecidas neste artigo; § 2º - A elevação da car-
ga horária, mencionada no parágrafo anterior, não poderá ser
suprimida pela administração desde que o servidor permaneça
em efetiva regência de classe, após 05 (cinco) anos de sua
implantação, consecutivos ou não; § 3º - A vantagem pecuniá-
ria decorrentes da elevação mencionada no parágrafo anterior
só prevalecerá para fins de redução de carga horária, previa-
ta no art. 127, da Lei nº 5.895, de 13 de novembro de 1984 de
incorporação aos proventos de aposentadoria, quando o profes-
sor houver permanecido um mínimo de 10 (dez) anos com sua
carga horária elevada; § 4º - O professor que na data da en-
trada em vigor desta Lei, já se tenha beneficiado da redução
de carga horária, prevista no artigo 127 da Lei nº 5.895, de

LEI Nº 7655 DE

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIO-
NO A SEGUINTE LEI: Art. 1º - O Art. 80, da Lei nº 5.895, de
13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6.026, de 26 de
novembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação a-
crecida dos parágrafos que se seguem: "Art. 80 - O professor
de séries iniciais ficará subordinado ao regime de trabalho
normal com carga horária mensal de 120 (cento e vinte) horas,
assim distribuídas: I - 20 (vinte) horas-aulas semanais, con-
siderando o mês de 05 (cinco) semanas; II - 04 (quatro) horas
mensais para atividades contidas no plano global da unidade
escolar; III - 16 (dezesseis) horas mensais para trabalhos
domiciliares inerentes ao desempenho da função docente. § 1º
- O professor, desde que haja necessidade do serviço, e por
autorização expressa do Chefe do Poder Executivo, poderá su-
bordinar-se a uma carga horária mensal de até 240 (duzentos e
quarenta) horas, as quais serão distribuídas nas mesmas pro-
porções estabelecidas neste artigo; § 2º - A elevação da car-
ga horária, mencionada no parágrafo anterior, não poderá ser
suprimida pela administração desde que o servidor permaneça
em efetiva regência de classe, após 05 (cinco) anos de sua
implantação, consecutivos ou não; § 3º - A vantagem pecuniá-
ria decorrentes da elevação mencionada no parágrafo anterior
só prevalecerá para fins de redução de carga horária, previa-
ta no art. 127, da Lei nº 5.895, de 13 de novembro de 1984 de
incorporação aos proventos de aposentadoria, quando o profes-
sor houver permanecido um mínimo de 10 (dez) anos com sua
carga horária elevada; § 4º - O professor que na data da en-
trada em vigor desta Lei, já se tenha beneficiado da redução
de carga horária, prevista no artigo 127 da Lei nº 5.895, de

FORTALEZA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 23 DE JANEIRO DE 1995

Nº 10531

UTIVO

DE 1994

ção Ambiental nas

DECRETA E EU SANCIO-
o Programa de Educa-
al de Ensino. Art.
Escolas compreende-
proporcionando aos
ue será desenvolvido
relativo a Educação
as atividades esco-
pecífica. Art. 4º -
uso e a preservação
ade de todos os or-
da cidade. Art. 5º
plementada, essen-
er ministradas por
elo meio ambiente,
em sala de aula. II
a sala de aula atra-
s verdes. III - CUR-
os para diretores e
tário. IV - ACANTO-
tíma entre crianças
MATERIAL RECUPERÁ-
ferenciada do lixo,
ção dos materiais e
o ambiente e a todos
MEIO AMBIENTE: a-
ortas e pomares nas
mento ambiental. Art.
ntará a presente Lei
Esta Lei entrará em
as as disposições em
zembro de 1994. An-
L.

DE 1994.

. 80, revoga seu pa-
enta novos parágra-

13 de novembro de 1984, ou que posteriormente vier dele se beneficiar, poderá ter sua carga horária elevada, até o limite previsto no parágrafo 1º deste artigo, desde que opte pelo retorno ao regime primitivo de carga horária, a ele se aplicando as regras nos parágrafos 2º e 3º, supra; § 5º - VETADO. § 6º - A elevação da carga horária prevista nesta Lei para efeito do disposto no parágrafo 2º é contada a partir da data em que o servidor assumiu a ampliação da referida carga horária, sendo-lhe assegurados os direitos e vantagens inerentes a vinculação funcional originária; § 7º - A elevação da carga horária, prevista neste artigo, será efetivada por Ato do Chefe do Poder Executivo. Art. 2º - O disposto nos parágrafos 2º, 3º, 5º e 6º, do artigo 80, da Lei nº 5.895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6.026, de 26 de novembro de 1985, e com redação que lhe é dada por esta, lei, se aplica ao professor orientador de aprendizagem, no que couber, quando submetidos ao regime de trabalho previsto no artigo 84 e 81, respectivamente, da Lei especial nº 5.895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6.026, de 26 de novembro de 1985. Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria da Educação do Município. Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o parágrafo único, do artigo 80, da Lei nº 5.895, de 12 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6.026, de 26 de novembro de 1985. PALÁCIO DA CIDADE, em 30 de dezembro de 1994. Antonio Klban Cambrala - PREFEITO MUNICIPAL.

*** **

LEI Nº 7655 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994

Desafeta do Domínio Público Municipal o bem que indica e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI: Art. 1º - Fica desafetado do domínio público municipal de Fortaleza, passando a integrar o patrimônio público disponível, a faixa de terreno regular situada no Loteamento devidamente aprovado pelos órgãos municipais competentes, denominado "Parque Estrela", no bairro Passaré, medindo 101,00m (cento e um metros) de frente por 88,00m (oitenta e oito metros) de fundo, perfazendo a área total de 8.888,00m² (oito mil, oitocentos e oitenta e oito metros quadrados), com

FORTALEZA, 08 DE JUNHO DE 1998

DO PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB, em 15 de maio de 1998. Paul Gerhard Wirtzbiki de Almeida - PRESIDENTE.

*** **

PORTARIA Nº 235/98 - O PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, suspender por 03 (três) dias úteis o servidor FRANCISCO CARLOS LOPES RABELO, matrícula nº 22.082, regido pela CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, lotado no ZGL -14, por constantes faltas ao trabalho, prejudicando assim o bom andamento das atividades realizadas na zona geradora de lixo - 14, de acordo com informação da chefia imediata, a contar do dia 18/05/98. Certifique-se, publique-se e cumpra-se. GABINETE DO PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB, em 15 de maio de 1998. Paul Gerhard Wirtzbiki de Almeida - PRESIDENTE.

*** **

PORTARIA Nº 236/98 - O PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, suspender por 03 (três) dias úteis o servidor ROGÉRIO MÁRCIO DE FREITAS, matrícula nº 20.838, regido pela CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, lotado no ZGL - 04, por constantes faltas ao trabalho, prejudicando assim o bom andamento das atividades realizadas na zona geradora de lixo -04, de acordo com informação da chefia imediata, a contar do dia 18/05/98. Certifique-se, publique-se e cumpra-se. GABINETE DO PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB, em 15 de maio de 1998. Paul Gerhard Wirtzbiki de Almeida - PRESIDENTE.

*** **

PORTARIA Nº 251/98 - O PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, suspender por 03 (três) dias úteis o servidor GERALDO VITORIANO DOS SANTOS, matrícula nº 20310, regido pela CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, lotado na Turma de Promotores de Limpeza, por constantes faltas ao trabalho, prejudicando assim o bom andamento das atividades realizadas na turma de promotores de limpeza, de acordo com informação da chefia imediata, a contar do dia 27.04.98. Certifique-se, publique-se e cumpra-se. GABINETE DO PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB, em 20 de maio de 1998. Paul Gerhard Wirtzbiki de Almeida - PRESIDENTE.

*** **

PORTARIA Nº 254/98 - O PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, suspender por 05 (cinco) dias úteis o servidor MANOEL BERNARDINO, matrícula nº 21.397, regido pela CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, lotado no ZGL - 12, por constantes faltas ao trabalho, prejudicando assim o bom andamento das atividades realizadas na zona geradora de lixo - 12, de acordo com informação da chefia imediata, a contar do dia 18/05/98. Certifique-se, publique-se e cumpra-se. GABINETE DO PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB, em 21 de maio de 1998. Paul Gerhard Wirtzbiki de Almeida - PRESIDENTE.

*** **

ERRATA - O PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB, no uso de suas atribuições legais, retifica, Que na Portaria de nº 036/97, de Suspensão de Contrato de Trabalho do servidor ANTÔNIO ADONIAS DO ROZÁRIO, mat. nº 16.427, onde se lê Portaria nº 036/97 e Fortaleza, 06 de fevereiro de 1997, leia-se Portaria nº 036/98 e Fortaleza, 06 de fevereiro de 1998. Ciente-se, publique-se e cumpra-se. GABINETE DO PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO-EMLURB, em 14 de maio de 1998. Paul Gerhard Wirtzbiki de Almeida - PRESIDENTE. VISTO: Maria do Carmo Magalhães - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.

*** **

PODER LEGISLATIVO

MATÉRIAS PUBLICADAS POR EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

LEI Nº 8157, DE 27 DE MAIO DE 1998

Dá nova redação ao § 3º do art. 80, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pelas Leis nº 6026, de 26 de novembro de 1985, e nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, acrescenta novos artigos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, usando das atribuições que lhe confere o § 6º do art. 47, da Lei Orgânica do Município, **PROMULGA** a seguinte Lei: Art. 1º - O § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985, e pela Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação: " § 3º - Havendo mais de 01 (um) concorrente para a mesma vaga, proceder-se-á ao desempenho de acordo com os seguintes critérios sucessivos: I - o de melhor classificação na avaliação de desempenho; II - o que estiver lotado e em exercício na unidade escolar onde será suprida a carência; III - o de maior tempo de docência; IV - o de maior tempo de serviço público municipal; V - o de maior tempo de serviço público; VI - o de maior prole". Art. 2º - O art. 2º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação: "Art. 2º - O disposto no parágrafo 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 80, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994 e com redação que lhe é dada, por esta Lei, se aplica ao profissional do magistério, no que couber, quando submetido ao regime de trabalho especial, previsto nos artigos 81, 83 e 84, respectivamente, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985". Art. 3º - Para suprir carência temporária em razão do afastamento legal do profissional pertencente ao Grupo do Magistério, admitir-se-á a aplicação do disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994. Art. 4º - Ocorrendo ociosidade na carga horária de trabalho do docente, esta será redistribuída para disciplinas pertinentes com a qualificação do mesmo na unidade escolar onde estiver em exercício ou em outra unidade do sistema de ensino público municipal. Art. 5º - Fica assegurada a carga horária dos profissionais do magistério atualmente ocupando carências definitivas no sistema de ensino público municipal, como parte integrante da sua jornada de trabalho. Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Educação ou equivalente, as quais serão suplementadas em caso de insuficiência. Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO MUNICIPAL JOSÉ BARROS DE ALENCAR, em 27 de maio de 1998. Acilon Gonçalves - PRESIDENTE.

*** **

RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/98

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, por sua Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado do julgamento da Fase de Habilitação da Tomada de Preços nº 01/98, Processo nº 062.98, referente a Contratação de Empresa Especializada para o Desenvolvimento e Instalação de um Gerenciador Eletrônico de Documentos, com o seguinte resultado: EMPRESA HABILITADA: 1) HS Central de Processos de Identificações Ltda. EMPRESAS INABILITADAS: 1) POWER IMAGING Processamento de Dados e Imagens Ltda; 2) LANLINK Informática Ltda; 3) SYSBANK - Serviços em Informática Ltda. Fortaleza - Ceará, 05 de junho de 1998. Francisco Freitas Cunha - PRESIDENTE DA CPL.

*** **



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

ÓRGÃO:

Nº DO PROCESSO:

Nº C. P. D.

DATA DA ENTRADA:

INTERESSADO (A):

ASSUNTO:

PROCESSO: 01135/98 P.G.M.
INTERESSADO
CAMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
ASSUNTO: . . .

ENC AUT DE LEI QUE "DA NOVA REDACAO AO 83o DO ART 80 DA LEI
NR 5.895,13.11.85.E 7654-DE 30.12.94, ACRESCENTA NOVOS ARTI-
GOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

DATA: 21/05/98 HORA: 14:36:15

ANEXOS:

21.05.98. P. Geral



**CÂMARA MUNICIPAL
DE FORTALEZA**

LEI Nº DE DE DE 1998.

Dá nova redação ao § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pelas Leis nº 6026, de 26 de novembro de 1985, e nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, acrescenta novos artigos e dá outras providências.

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL, usando das atribuições que lhe confere o § 5º, do art. 47, da Lei Orgânica do Município, rejeitou o veto E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI :

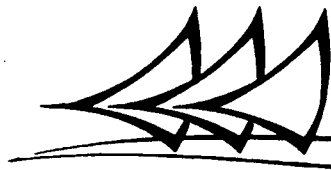
Art. 1º. O § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e pela Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

“ § 3º. Havendo mais de 01 (um) concorrente para a mesma vaga, proceder-se-á ao desempenho de acordo com os seguintes critérios sucessivos:

- I - o de melhor classificação na avaliação de desempenho;***
- II - o que estiver lotado e em exercício na unidade escolar onde será suprida a carência;***
- III - o de maior tempo de docência;***
- IV - o de maior tempo de serviço público municipal;***
- V - o de maior tempo de serviço público ;***
- VI - o de maior prole.”***

Art. 2º. O art. 2º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 2º. O disposto no parágrafo 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 80, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994 e com redação



**CÂMARA MUNICIPAL
DE FORTALEZA**

que lhe é dada, por esta lei, se aplica ao profissional do magistério, no que couber, quando submetido ao regime de trabalho especial, previsto nos artigos 81, 83 e 84, respectivamente, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985."

Art. 3º. Para suprir carência temporária em razão do afastamento legal do profissional pertencente ao Grupo do Magistério, admitir-se-á a aplicação do disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994.

Art. 4º. Ocorrendo ociosidade na carga horária de trabalho do docente, esta será redistribuída para disciplinas pertinentes com a qualificação do mesmo na unidade escolar onde estiver em exercício ou em outra unidade do sistema de ensino público municipal.


Art. 5º. Fica assegurada a carga horária dos profissionais do magistério atualmente ocupando carências definitivas no sistema de ensino público municipal, como parte integrante da sua jornada de trabalho.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Educação ou equivalente, as quais serão suplementadas em caso de insuficiência.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM
DE DE 1998.

MARLON CARVALHO CAMBRAIA
Prefeito em exercício

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
Protocolo nº 1135
Data 21 / 05 / 98

Protocolista

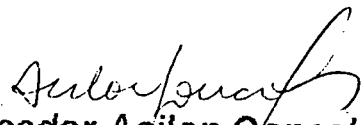


OFÍCIO Nº **1162/98** - DIEXP
Fortaleza, 20 de maio de 1998.

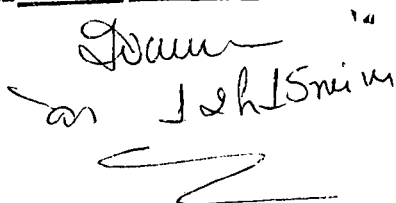
Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao Art. 47, parágrafo 5º da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, encaminhamos a Vossa Excelência, autógrafo de lei, que **"DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 3º DO ART. 80 DA LEI Nº 5.895, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1984, ALTERADO PELAS LEIS NºS 6.026, de 26 DE NOVEMBRO DE 1985, E 7.654, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994, ACRESCENTA NOVOS ARTIGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**, de autoria dos Vereadores **Sérgio Novais e Rosa da Fonseca**, cujo VETO foi rejeitado em Sessão Plenária do dia 20 de maio do ano em curso.

Atenciosamente,


Vereador Açilon Gonçalves
Presidente

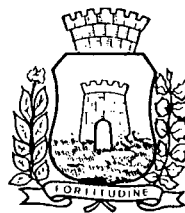
Exmo. Sr.
Dr. Marlon Carvalho Cambraia
PREFEITO DE FORTALEZA EM EXERCÍCIO
Nesta

RECEBI 1ª VIA
EM 21/05/98




CÂMARA
MUNICIPAL
DE FORTALEZA

Trabalhando junto com o povo



LEI Nº

DE 1997.

*Veto integralmente
pelos papéis
de 26/12/97
Prof. M. M.*

nova redação ao § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pelas Leis nº 6026, de 26 de novembro de 1985, e nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, acrescenta novos artigos e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI

Art. 1º - O § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e pela Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

" § 3º - Havendo mais de 01 (um) concorrente para a mesma vaga, proceder-se-á ao desempenho de acordo com os seguintes critérios, sucessivos:

- I - o de melhor classificação na avaliação de desempenho;
- II - o que estiver lotado e em exercício na unidade escolar onde será suprida a carência;
- III - o de maior tempo de docência;
- IV - o de maior tempo de serviço público municipal;
- V - o de maior tempo de serviço público;
- VI - o de maior prole."

Art. 2º - O art. 2º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2º - O disposto no parágrafo 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 80, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994 e com redação que lhe é dada, por esta Lei, se aplica ao profissional do magistério, no que couber, quando submetido ao regime de trabalho especial, previsto nos artigos 81, 83 e 84, respectivamente, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985!"

Art. 3º - Para suprir carência temporária em razão do afastamento legal do profissional pertencente ao Grupo do Magistério, admitir-se-á a aplicação

LEI Nº DE DE DE 1998.

Dá nova redação ao § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pelas Leis nº 6026, de 26 de novembro de 1985, e nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, acrescenta novos artigos e dá outras providências.

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL, usando das atribuições que lhe confere o § 5º, do art. 47, da Lei Orgânica do Município, rejeitou o veto E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI :

Art. 1º. O § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e pela Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

“ § 3º. Havendo mais de 01 (um) concorrente para a mesma vaga, proceder-se-á ao desempenho de acordo com os seguintes critérios sucessivos:

- I - o de melhor classificação na avaliação de desempenho;***
- II - o que estiver lotado e em exercício na unidade escolar onde será suprida a carência;***
- III - o de maior tempo de docência;***
- IV - o de maior tempo de serviço público municipal;***
- V - o de maior tempo de serviço público ;***
- VI - o de maior prole.”***

Art. 2º. O art. 2º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 2º. O disposto no parágrafo 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 80, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994 e com redação

que lhe é dada, por esta lei, se aplica ao profissional do magistério, no que couber, quando submetido ao regime de trabalho especial, previsto nos artigos 81, 83 e 84, respectivamente, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985."

Art. 3º. Para suprir carência temporária em razão do afastamento legal do profissional pertencente ao Grupo do Magistério, admitir-se-á a aplicação do disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994.

Art. 4º. Ocorrendo ociosidade na carga horária de trabalho do docente, esta será redistribuída para disciplinas pertinentes com a qualificação do mesmo na unidade escolar onde estiver em exercício ou em outra unidade do sistema de ensino público municipal.

Art. 5º. Fica assegurada a carga horária dos profissionais do magistério atualmente ocupando carências definitivas no sistema de ensino público municipal, como parte integrante da sua jornada de trabalho.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Educação ou equivalente, as quais serão suplementadas em caso de insuficiência.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM
DE DE 1998.

MARLON CARVALHO CAMBRAIA
Prefeito em exercício



**CÂMARA MUNICIPAL
DE FORTALEZA**

LEI Nº DE DE DE 1998.

Dá nova redação ao § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pelas Leis nº 6026, de 26 de novembro de 1985, e nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, acrescenta novos artigos e dá outras providências.

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL, usando das atribuições que lhe confere o § 5º, do art. 47, da Lei Orgânica do Município, rejeitou o veto E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI :

Art. 1º. O § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e pela Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

“ § 3º. Havendo mais de 01 (um) concorrente para a mesma vaga, proceder-se-á ao desempenho de acordo com os seguintes critérios sucessivos:

I - o de melhor classificação na avaliação de desempenho;

II - o que estiver lotado e em exercício na unidade escolar onde será suprida a carência;

III - o de maior tempo de docência;

IV - o de maior tempo de serviço público municipal;

V - o de maior tempo de serviço público ;

VI - o de maior prole.”

Art. 2º. O art. 2º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 2º. O disposto no parágrafo 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 80, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994 e com redação

que lhe é dada, por esta lei, se aplica ao profissional do magistério, no que couber, quando submetido ao regime de trabalho especial, previsto nos artigos 81, 83 e 84, respectivamente, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985."

Art. 3º. Para suprir carência temporária em razão do afastamento legal do profissional pertencente ao Grupo do Magistério, admitir-se-á a aplicação do disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994.

Art. 4º. Ocorrendo ociosidade na carga horária de trabalho do docente, esta será redistribuída para disciplinas pertinentes com a qualificação do mesmo na unidade escolar onde estiver em exercício ou em outra unidade do sistema de ensino público municipal.

Art. 5º. Fica assegurada a carga horária dos profissionais do magistério atualmente ocupando carências definitivas no sistema de ensino público municipal, como parte integrante da sua jornada de trabalho.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Educação ou equivalente, as quais serão suplementadas em caso de insuficiência.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM
DE DE 1998.

MARLON CARVALHO CAMBRAIA
Prefeito em exercício



CÂMARA
MUNICIPAL
DE FORTALEZA

Trabalhando junto com o povo



LEI Nº

DE 1997.

*Veja integralmente
pelo papel
depois
fim 26/12/97
Prof. M. M.*

da nova redação ao § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pelas Leis nº 6026, de 26 de novembro de 1985, e nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, acrescenta novos artigos e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI

Art. 1º - O § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e pela Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

" § 3º - Havendo mais de 01 (um) concorrente para a mesma vaga, proceder-se-á ao desempenho de acordo com os seguintes critérios, sucessivos:

- I - o de melhor classificação na avaliação de desempenho;
- II - o que estiver lotado e em exercício na unidade escolar onde será suprida a carência;
- III - o de maior tempo de docência;
- IV - o de maior tempo de serviço público municipal;
- V - o de maior tempo de serviço público;
- VI - o de maior prole."

Art. 2º - O art. 2º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2º - O disposto no parágrafo 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 80, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994 e com redação que lhe é dada, por esta Lei, se aplica ao profissional do magistério, no que couber, quando submetido ao regime de trabalho especial, previsto nos artigos 81, 83 e 84, respectivamente, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985!"

Art. 3º - Para suprir carência temporária em razão do afastamento legal do profissional pertencente ao Grupo do Magistério, admitir-se-á a aplicação



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE FORTALEZA**

Trabalhando junto com o povo



do disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994.

Art. 4º - Ocorrendo ociosidade na carga horária de trabalho do docente, esta será redistribuída para disciplinas pertinentes com a qualificação do mesmo na unidade escolar onde estiver em exercício ou em outra unidade do sistema de ensino público municipal.

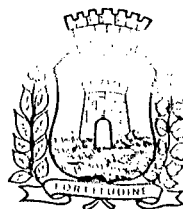
Art. 5º - Fica assegurada a carga horária dos profissionais do magistério atualmente ocupando carências definitivas no sistema de ensino público municipal, como parte integrante da sua jornada de trabalho.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Educação ou equivalentes, as quais serão suplementadas em caso de insuficiência.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM DE DE 1997.

Juraci Magalhães
PREFEITO MUNICIPAL



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a date stamp '00/11/97'.

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 002/97 ao Projeto de Lei nº 224/96

A COMISSÃO DE INTERMEDIÇÃO
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
DATA: 01/11/97

Aprovado em 1ª Discussão Técnica

Em / / 19

O Presidente da Comissão encaminha o Projeto
de Lei nº para a Comissão

Em / /

Signature of Presidente
Presidente

Signature of Presidente
Presidente

Signature of Presidente
Presidente

O § 2º do Artigo 80 da Lei nº 5.895/84 a que se refere o Artigo 1º do Projeto de Lei nº 224/96 passa a ter a seguinte redação:

§ 2º - A elevação da carga horária, mencionada no parágrafo anterior, por carência definitiva, será considerada parte integrante da jornada de trabalho do profissional do magistério não podendo ser suprimida sem a concordância das partes interessadas.

DE FORTALEZA, EM 05

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL
DE novembro DE 1997.

COMISSÃO DE Educação
DESIGNO O VEREADOR George
Reira OMO RELATOR
Em 13/11/97 Acilon Gonçalves
Presidente

Signature of Acilon Gonçalves
ACILON GONÇALVES
VEREADOR

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo regularizar de imediato o preenchimento das carências de profissionais do magistério nas escolas municipais, com base no dispositivo legal da complementação de carga horária previsto no Estatuto do Magistério (Lei nº 5.895/84), evitando maiores despesas para a Prefeitura Municipal de Fortaleza na hipótese da realização emergencial de um concurso público, que poderá ser realizado posteriormente, sem aodamento, para preenchimento de novas carências que, certamente, surgirão com a expansão da rede municipal de Ensino.

Signature of Acilon Gonçalves
ACILON GONÇALVES
VEREADOR

Signature of Maria Rosa
Maria Rosa M. L. Moreira
DIR. DEPT. LEGISLATIVO
05.11.97

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
DATA: 05/11/97



CÂMARA
MUNICIPAL
DE FORTALEZA

Trabalhando junto com o povo



Aprovado em 1ª Discussão

Em 13/11/97

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 004 /97 ao Projeto de Lei nº 224/96

O § 3º do Artigo 80 da Lei nº 5.895/84 a que se refere o Artigo 1º do Projeto de Lei 224/96, passa a ter a seguinte redação, sendo que o texto original do referido Projeto entrará onde couber:

§ 3º - A vantagem pecuniária decorrente da elevação da carga horária mencionada nos parágrafos anteriores, só prevalecerá para fins de redução da carga horária, previsto no artigo 127, da Lei nº 5.895, de 13 de novembro de 1984, de incorporação aos proventos de aposentadoria, quando o profissional do magistério houver permanecido um mínimo de 05 (cinco) anos com sua carga horária elevada.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL
DE FORTALEZA, EM 05 DE novembro DE 1997.

COMISSÃO DE LEG. JUSTIÇA E RED. FINAL
O Presidente da Comissão encaminha o Projeto de Lei nº _____ para a Comissão Técnica _____

Luizianne Lins
LUIZIANNE LINS
VEREADORA

JUSTIFICATIVA

COMISSÃO DE Educação
DESIGNO O VEREADOR *George*
Alcivar COMO RELATOR
Em 13/11/97 *Luizianne Lins*
Presidente

Em 1/11/97
[Assinatura]
Presidente

A presente emenda tem como objetivo regularizar de imediato o preenchimento das carências de profissionais do magistério nas escolas municipais, com base no dispositivo legal da complementação de carga horária previsto no Estatuto do Magistério (Lei nº 5.895/84), evitando maiores despesas para a Prefeitura Municipal de Fortaleza na hipótese da realização emergencial de um concurso público, que poderá ser realizado posteriormente, sem adodamento, para preenchimento de novas carências que, certamente, surgirão com a expansão da rede municipal de Ensino.

Luizianne Lins
LUIZIANNE LINS
VEREADORA

[Assinatura]
05-11-97

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

A ORDEM DO DIA

25.11.97
[Signature]
Presidente

Parecer nº -----/97

À Emenda Substitutiva nº 002/97
ao Projeto de Lei nº 224/96.

A Emenda Substitutiva em epígrafe do anterior
do Ilustre Vereador Acilon Gonçalves, versa sobre a alteração da redação do §
2º do artigo 80 da Lei nº 5.895/84.

Considerando a urgente necessidade do
preenchimento da carência de profissionais do magistério nas Escolas
Municipais, e considerando que dito preenchimento deverá ser realizado, sem
que isto traga grandes despesas aos cofres públicos municipais, no intuito de
viabilizar o atendimento de acordo com as nossas realidades, bem como suprir
as carências supra mencionadas, somos plenamente favoráveis à alteração
proposta.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1997.**

[Signature]

Relator

[Signature]

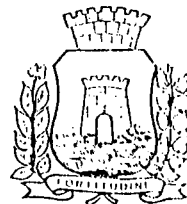
[Signature]

Presidente



C Â M A R A
M U N I C I P A L
D E F O R T A L E Z A

Trabalhando junto com o povo



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

A ORDEM DO DIA

25/11/97

Parecer n° -----/97

À Emenda Substitutiva n° 004/97
ao Projeto de Lei n° 224/96.

A Emenda Substitutiva em epígrafe, de autoria da Ilustríssima Vereadora Luiziane lins, que propõe alteração da redação do § 3º, do artigo 80 da Lei n° 5.895/84, mercê de sua inteligência e de sua visão justa, que não merece contestações.

Pois de forma coerente tal alteração foi proposta com o claro objetivo de proteger o direito de todos da categoria, em nível de igualdade, resguardando-se as devidas proporções.

Parece-nos ser o mais sensato, partindo do princípio que a brilhante Vereadora, tenta apenas, adequar as situações de forma justa, no intuito de motivar os profissionais do Magistério que se dedicam integralmente a tal missão.

Ademais, dita alteração, vem coadunar com as idéias propostas pelo Ilustre Vereador Acilon Gonçalves, num misto de inteira identificação com as mudanças pleiteadas ao projeto ora em pauta.

Somos plenamente favoráveis à proposta. É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1997.

Relator

Presidente



CÂMARA
MUNICIPAL
DE FORTALEZA

Trabalhando junto com o povo



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

A ORDEM DO DIA

25/11/97

Presidente

Parecer nº -----/97

À Emenda Substitutiva nº 004/97
ao Projeto de Lei nº 224/96.

A Emenda Substitutiva em epígrafe, de autoria da Ilustríssima Vereadora Luiziane lins, que propõe alteração da redação do § 3º, do artigo 80 da Lei nº 5.895/84, mercê de sua inteligência e de sua visão justa, que não merece contestações.

Pois de forma coerente tal alteração foi proposta com o claro objetivo de proteger o direito de todos da categoria, em nível de igualdade, resguardando-se as devidas proporções.

Parece-nos ser o mais sensato, partindo do princípio que a brilhante Vereadora, tenta apenas, adequar as situações de forma justa, no intuito de motivar os profissionais do Magistério que se dedicam integralmente a tal missão.

Ademais, dita alteração, vem coadunar com as idéias propostas pelo Ilustre Vereador Acilon Gonçalves, num misto de inteira identificação com as mudanças pleiteadas ao projeto ora em pauta.

Somos plenamente favoráveis à proposta. É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1997.

Relator

Presidente



C Â M A R A
M U N I C I P A L
D E F O R T A L E Z A

Trabalhando junto com o povo



LEI Nº

DE

DE

DE 1997.

Dá nova redação ao § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pelas Leis nº 6026, de 26 de novembro de 1985, e nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, acrescenta novos artigos e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI

Art. 1º - O § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e pela Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

" § 3º - Havendo mais de 01(um) concorrente para a mesma vaga, proceder-se-á ao desempenho de acordo com os seguintes critérios, sucessivos:

- I - o de melhor classificação na avaliação de desempenho;
- II - o que estiver lotado e em exercício na unidade escolar onde será suprida a carência;
- III - o de maior tempo de docência;
- IV - o de maior tempo de serviço público municipal;
- V - o de maior tempo de serviço público;
- VI - o de maior prole."

Art. 2º - O art. 2º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2º - O disposto no parágrafo 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 80, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994 e com redação que lhe é dada, por esta Lei, se aplica ao profissional do magistério, no que couber, quando submetido ao regime de trabalho especial, previsto nos artigos 81, 83 e 84, respectivamente, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985."

Art. 3º - Para suprir carência temporária em razão do afastamento legal do profissional pertencente ao Grupo do Magistério, admitir-se-á a aplicação



C Â M A R A
M U N I C I P A L
D E F O R T A L E Z A

Trabalhando junto com o povo



do disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994.

Art. 4º - Ocorrendo ociosidade na carga horária de trabalho do docente, esta será redistribuída para disciplinas pertinentes com a qualificação do mesmo na unidade escolar onde estiver em exercício ou em outra unidade do sistema de ensino público municipal.

Art. 5º - Fica assegurada a carga horária dos profissionais do magistério atualmente ocupando carências definitivas no sistema de ensino público municipal, como parte integrante da sua jornada de trabalho.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Educação ou equivalentes, as quais serão suplementadas em caso de insuficiência.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM DE DE 1997.

Juraci Magalhães
PREFEITO MUNICIPAL



JUSTIFICATIVA

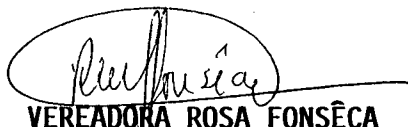
A apresentação do presente **Projeto de Lei** faz parte do esforço desenvolvido pelo **Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará - SINDIUTE**, no sentido de regularizar definitivamente a situação de centenas de profissionais de educação no Sistema de Ensino Público Municipal que vem sendo chamados a ocupar carências existentes nas Unidades Escolares, sem nenhuma garantia funcional, ocasionando uma situação de insegurança a esses profissionais ao final de cada ano letivo.

Essa situação acarreta prejuízo ao funcionamento do sistema à medida que milhares de alunos ficam sem a garantia do início do ano letivo, pela incerteza de que os profissionais do Magistério em regime de Trabalho Especial serão reconduzidos. Interessa, portanto, ao próprio poder público, regularizar esta pendência administrativa que são os aditivos, pois a **Lei Nº 7.654, de 30 de dezembro de 1994** não solucionou a contento essa questão.

Vale ressaltar que situação já foi resolvida a nível do Estado de maneira satisfatória e como fruto de negociação entre magistério e Secretaria de Educação, através das **Leis Nº 12268 de 23 de março de 1994** e **Nº 12.502, de 31 de outubro de 1995**. (em anexo)

Interessa, portanto ao próprio poder público, regularizar esta pendência administrativa.

Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza, 05 de dezembro de 1996.


VEREADORA ROSA FONSECA
PART



**CÂMARA MUNICIPAL
DE FORTALEZA**

LEI Nº

EM

DE

DE 1998.

Dá nova redação ao § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pelas Leis nº 6026, de 26 de novembro de 1985, e nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, acrescenta novos artigos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA , usando das atribuições que lhe confere o § 6º do art. 47, da Lei Orgânica do Município, PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e pela Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

“ § 3º. Havendo mais de 01 (um) concorrente para a mesma vaga, proceder-se-á ao desempenho de acordo com os seguintes critérios sucessivos:

I - o de melhor classificação na avaliação de desempenho;

II - o que estiver lotado e em exercício na unidade escolar onde será suprida a carência;

III - o de maior tempo de docência;

IV - o de maior tempo de serviço público municipal;

V - o de maior tempo de serviço público ;

VI - o de maior prole.”



Art. 2º. O art. 2º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 2º. O disposto no parágrafo 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 80, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994 e com redação que lhe é dada, por esta lei, se aplica ao profissional do magistério, no que couber, quando submetido ao regime de trabalho especial, previsto nos artigos 81, 83 e 84, respectivamente, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985.”

Art. 3º. Para suprir carência temporária em razão do afastamento legal do profissional pertencente ao Grupo do Magistério, admitir-se-á a aplicação do disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994.

Art. 4º. Ocorrendo ociosidade na carga horária de trabalho do docente, esta será redistribuída para disciplinas pertinentes com a qualificação do mesmo na unidade escolar onde estiver em exercício ou em outra unidade do sistema de ensino público municipal.

Art. 5º. Fica assegurada a carga horária dos profissionais do magistério atualmente ocupando carências definitivas no sistema de ensino público municipal, como parte integrante da sua jornada de trabalho.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Educação ou equivalente, as quais serão suplementadas em caso de insuficiência.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal José Baros de Alencar, em de de 1998.


ACILON GONÇALVES
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Departamento Legislativo

Data 30 / 12 / 97

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 224 / 96

~~MENSAGEM~~ OFÍCIO 0443/97

ASSUNTO DO PROJETO

Dá nova redação ao § 3º do art. 80 da lei nº 5895, de 13
de novembro de 1984, alterado pelas leis nº 6026, de 26 de novembro
de 1985, e nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, acrescenta
novos artigos e dá outras providências.

AUTOR Rosa da Fonseca e Sérgio Nogueira




OFÍCIO Nº 1284 /98 - DIEXP

Fortaleza, 26 de maio de 1998.


Senhor Prefeito,

Valendo-me da competência deferida pelo Art.47, § 6º, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, encaminhamos a Vossa Excelência, autógrafo de lei, que "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 3º DO ART. 80 DA LEI Nº 5895, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1984, ALTERADO PELAS LEIS Nº 6026, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1985, E Nº 7654, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994, ACRESCENTA NOVOS ARTIGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", para competente numeração e posterior publicação.

Atenciosamente,


Vereador Acilton Gonçalves
Presidente

Exmo. Sr.
Dr. Juraci Magalhães
PREFEITO DE FORTALEZA
Nesta

RECEBI 1ª VIA
EM 26/05/98




LEI Nº

EM

DE

DE 1998.

Dá nova redação ao § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pelas Leis nº 6026, de 26 de novembro de 1985, e nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, acrescenta novos artigos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA , usando das atribuições que lhe confere o § 6º do art. 47, da Lei Orgânica do Município, PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O § 3º do art. 80 da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e pela Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

“ § 3º. Havendo mais de 01 (um) concorrente para a mesma vaga, proceder-se-á ao desempenho de acordo com os seguintes critérios sucessivos:

I - o de melhor classificação na avaliação de desempenho;

II - o que estiver lotado e em exercício na unidade escolar onde será suprida a carência;

III - o de maior tempo de docência;

IV - o de maior tempo de serviço público municipal;

V - o de maior tempo de serviço público ;

VI - o de maior prole.”

Art. 2º. O art. 2º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 2º. O disposto no parágrafo 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 80, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985 e Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994 e com redação que lhe é dada, por esta lei, se aplica ao profissional do magistério, no que couber, quando submetido ao regime de trabalho especial, previsto nos artigos 81, 83 e 84, respectivamente, da Lei nº 5895, de 13 de novembro de 1984, alterado pela Lei nº 6026, de 26 de novembro de 1985.”

Art. 3º. Para suprir carência temporária em razão do afastamento legal do profissional pertencente ao Grupo do Magistério, admitir-se-á a aplicação do disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 7654, de 30 de dezembro de 1994.

Art. 4º. Ocorrendo ociosidade na carga horária de trabalho do docente, esta será redistribuída para disciplinas pertinentes com a qualificação do mesmo na unidade escolar onde estiver em exercício ou em outra unidade do sistema de ensino público municipal.

Art. 5º. Fica assegurada a carga horária dos profissionais do magistério atualmente ocupando carências definitivas no sistema de ensino público municipal, como parte integrante da sua jornada de trabalho.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Educação ou equivalente, as quais serão suplementadas em caso de insuficiência.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal José Baros de Alencar, em de de 1998.


ACILON GONÇALVES
Presidente